

# MINUSTAH: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO HAITI COMO FORMA DE INCREMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTES PAÍSES.

Thayse Emilio Weber <sup>1</sup>  
Andre Matsuno da Frota <sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade delinear as motivações e as consequências da participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), retratando a contribuição das Forças Militares Brasileiras na criação de um ambiente favorável para que o Estado haitiano possa trabalhar na sua reconstrução. Os principais tópicos deste estudo são as relações políticas, sociais e econômicas entre Brasil e Haiti antes e depois da criação da MINUSTAH. Objetiva-se, por meio da investigação do processo decisório que levou o Brasil a compor e comandar tal missão, traçar algumas considerações a respeito da política externa brasileira, assim como os desdobramentos de sua presença no Haiti. Os debates acerca dos conceitos de operação de paz são apresentados, juntamente com a evolução histórica das operações. Quanto a metodologia utilizou-se o método indutivo com a utilização das técnicas da pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-Chave:** Organização das Nações Unidas (ONU). Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Exército Brasileiro. Haiti.

## 1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais do Brasil fundam-se em valores tradicionais e objetivos de longo prazo, no entanto as modificações do sistema internacional vem tornando necessária uma política externa moldada às novas urgências. Neste sentido a política externa brasileira<sup>3</sup> tem se adequado rapidamente ao contexto atual. O Brasil

---

<sup>1</sup>Estudante do curso de Graduação em Relações Internacionais no Centro Universitário UNINTER.

<sup>2</sup>Professor do Centro Universitário UNINTER, graduado em Geografia, especialista em Análise Ambiental e mestre em Ciência Política, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

<sup>3</sup> “A política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. [...] trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por

é historicamente um importante participante no esforço internacional que busca estabelecer o diálogo e a harmonia como apoio das relações entre os Estados, Indivíduo e Sociedade. Desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, como produto da Segunda Guerra Mundial, o Brasil vem apoiando as atividades destinadas a preservar a paz entre as nações, tendo participado até o momento de mais de cinquenta Operações de Manutenção de Paz (OMP), e cedido um total de mais de trinta mil homens.

O Haiti é um país que ocupa o terço oeste da Ilha Hispaniola, segunda maior ilha das Grandes Antilhas, no mar do Caribe. Com clima tropical e relevo montanhoso possui superfície de 27.750 km<sup>2</sup>, sua capital é Porto Príncipe e o francês e crioulo são os idiomas oficiais. No Século XVIII, o Haiti foi a mais próspera colônia francesa na América, em função da exportação de açúcar, cacau e café. Hoje o país é o mais pobre das Américas e conta com ajuda da ONU para a solução de seus graves problemas políticos.

O Haiti sempre viveu momentos de grande instabilidade, fruto de violentas disputas políticas internas motivadas por governos autoritários, que disputam a hegemonia política e econômica do país, bem como os desastres naturais constantes que assolam o país a cada ano. Em dois séculos como Estado independente, o país teve quarenta e um governantes. Dentre esses governantes, um cometeu suicídio; quatro foram assassinados; seis tiveram morte natural; vinte e oito foram destituídos ou levados a renunciar; e somente dois chegaram ao final de seu mandato constitucional. Em 29 de fevereiro de 2004 após a renúncia do Presidente Jean-Bertrand Aristide, eclodiu no Haiti um quadro de caos e violência. Dando início a conflitos armados nas principais cidades do país, entre a oposição ao governo e partidários unidos à Polícia Nacional Haitiana.

Essa conjuntura motivou, em caráter de urgência, a mediação da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>4</sup>. Que mediante a Resolução 1542/CS/ONU, de 30 de abril

---

seus recursos de poder. " PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira (1889-2002). Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 7.

<sup>4</sup> Os objetivos das Nações Unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz; 2. Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; 3. Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades

de 2004, criou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A Missão iniciou seu mandato em 1º de junho de 2004, com objetivos de favorecer o processo constitucional e político do Haiti, fornecer assistência ao governo de transição, criar um ambiente seguro estável bem como promover e proteger os direitos humanos.

Apesar da similitude histórica, cultural e política entre Brasil e Haiti durante muitos anos os países mantiveram vagas relações comerciais e diplomáticas. A MINUSTAH<sup>5</sup> é a principal participação do Brasil em uma missão de paz amparada pela ONU e representa uma mudança considerável na forma como o Brasil percebe o Haiti dentro da sua política externa, provocando novas considerações e questionamentos. A Missão traduz uma nova postura brasileira que reflete sua solicitude referente ao desenvolvimento dos países menos avançados. A deliberação acerca de integrar e liderar a MINUSTAH traduzem princípios e objetivos da atual política externa brasileira. O Brasil responsabilizou-se a enviar tropas e assumir o comando da força militar de mais de 7000 soldados, o Exército Brasileiro constitui-se em um ator inserido num regime de instalação de política de segurança em uma ação a princípio denominada de imposição da paz<sup>6</sup> que posteriormente passou a ser considerada como manutenção da paz<sup>7</sup>.

Em 12 de janeiro de 2010 o Haiti passou por outra tragédia, dessa vez de ordem natural quando um terremoto de magnitude 7,0 na escala Richter atingiu o país. O desastre tem sido apontado como a principal emergência humanitária já enfrentada pelas Nações Unidas. Após o terremoto, o Brasil aumentou seu efetivo militar no Haiti para encarar as urgências reproduzidas pelo desastre e enviou prontamente mais 900 militares e um corpo de médicos civis e militares voluntários. Ao apoiar a MINUSTAH o Brasil entende que esta missão reflete uma nova fase das operações de paz da Organização das Nações Unidas oportunizando ao país novas formas de introdução política e econômica no cenário internacional.

---

fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; 4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns". (Carta das Nações Unidas, parágrafo primeiro)

<sup>5</sup> Trata-se do maior contingente de tropa destacado pelo Brasil para uma operação de paz, além de ser a primeira vez em que o comando militar da missão é atribuído a um general brasileiro.

<sup>6</sup> No caso das ações militares que se inserem no conceito de imposição da paz, o Conselho de Segurança outorga aos Estados Membros autoridade para tomarem todas as medidas necessárias para alcançar um determinado objetivo. O consentimento das partes não é obrigatoriamente necessário.

<sup>7</sup> A manutenção da paz pelas Nações Unidas conta, tradicionalmente, com o consentimento das partes em conflito e implica o envio de tropas, cuja missão é aplicar um acordo aprovado pelas partes.

Diante do exposto este trabalho tentará expor os aspectos e interesses do Brasil nas operações de paz, com ênfase na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. A pesquisa foi desenvolvida principalmente sob uma abordagem dialético-indutiva<sup>8</sup>, utilizando como recurso uma análise histórica<sup>9</sup>. A realização deste trabalho se deu através da análise de fontes primárias e secundárias, ou seja, documentos, relatórios oficiais, teses, artigos científicos e livros.

Na primeira seção será exposta uma breve análise sobre o papel da ONU como mantenedora da paz e as classificações das Operações de Paz. Já na segunda seção será apresentado um breve histórico da atuação brasileira em missões de paz no cenário internacional. Enfatizando a participação do Brasil na MINUSTAH, através das características da política externa brasileira para operações de paz. E por fim a terceira seção abordará o fim da operação e as consequências para a estabilização do Haiti através de uma Missão de Paz sob a liderança do Brasil.

## **2 DAS OPERAÇÕES DE PAZ**

As operações de paz das Nações Unidas são um mecanismo ímpar, multinacional, criado pela organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente, duradoura e consolidada. Os propósitos iniciais das operações de paz eram restritos à manutenção de cessar-fogo e alívio de tensões sociais para que em nível político e diplomático a resolução dos conflitos de dessem por vias pacíficas. Tais missões foram compostas por tropas equipadas com armamento leve, com a função de supervisionar e assistir no cessar-fogo e em acordos de paz limitados. Ao o fim da Guerra Fria, o contexto estratégico para operações de paz da ONU mudou eficientemente. A organização expandiu seu campo de atuação, de missões tradicionais que abrangiam apenas tarefas militares à complexas operações multidimensionais, criadas para garantir a implementação de extensivos acordos de paz e ajudar a compor as bases para uma paz sustentável.

Atualmente as operações de paz encarregam-se desde o monitoramento dos direitos humanos, construção e reconstrução de instituições de governança até ações

---

<sup>8</sup> “[...] pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática. p. 91.

<sup>9</sup> O método histórico, enquanto método de procedimento, “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. O estudo deve remontar aos períodos da formação do objeto e de suas modificações”. Ibidem, loc. cit.

de desarmamento, desmobilização de grupos armados ilegais, entre outras. Passaram a visar também conflitos internos, como as guerras civis. Contando com o auxílio da força policial; economistas; especialistas da área jurídica; observadores eleitorais e de direitos humanos; especialistas em assuntos civis e governança; agentes humanitários; especialistas em comunicações entre outros; embora a força militar componha o ponto principal das operações. Nesse cenário a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti tinha como objetivos assegurar um ambiente seguro e estável, que possibilitasse o retorno do Haiti à normalidade institucional e a retomada do Estado de Direito.

## 2.1 CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ

A Carta da ONU, a Assembleia Geral e o Conselho de segurança não fazem referência clara às Operações de Paz, não existem resoluções específicas a respeito do tema. Observam-se as classificações mais habitualmente empregadas para classificar as atividades realizadas pelas Nações Unidas no campo da paz e segurança, nos documentos “Uma Agenda para a Paz” apresentado pelo secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em 17 de junho de 1992; e “Suplemento de Uma Agenda para a Paz”, de 3 de Janeiro de 1995, onde definem-se:

- Diplomacia Preventiva (preventive diplomacy): prevenção do surgimento de disputas entre Estados, ou no interior de um Estado, visando evitar a deflagração de conflitos armados ou o alastramento destes uma vez iniciados. Contempla ações autorizadas de acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU.
- Promoção da Paz (peacemaking): ações diplomáticas empreendidas após o início do conflito, que visam a negociação entre as partes para a suspensão das hostilidades. Baseiam-se nos mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstos no Capítulo VI da Carta da ONU.
- Manutenção da Paz (peacekeeping): ações empreendidas por militares, policiais e civis no terreno do conflito, com o consentimento das partes, objetivando a implementação ou o monitoramento do controle de conflitos (cessar-fogo, separação de forças, etc) e também a sua solução (acordos de paz). Tais ações são complementadas por esforços políticos no intuito de estabelecer uma resolução pacífica e duradoura para o litígio. A base jurídica deste tipo de operação não se enquadra perfeitamente no Capítulo VI nem no Capítulo VII da Carta da ONU, o que leva alguns analistas a situá-las em um imaginário “Capítulo VI e meio”.
- Imposição da Paz (peace-enforcement): respaldadas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, essas operações incluem o uso de força armada na manutenção ou restauração da paz e segurança internacionais. São estabelecidas quando o Conselho de Segurança julga haver ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Podem abranger intervenções de caráter humanitário.
- Consolidação da Paz (post-conflict peace-building): executadas após a assinatura de um acordo de paz, tais operações visam fortalecer o

processo de reconciliação nacional através da reconstrução das instituições, da economia e da infraestrutura do Estado anfitrião. Os Programas, Fundos e Agências das Nações Unidas atuam ativamente na promoção do desenvolvimento econômico e social, mas também pode haver a presença de militares. (Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57748/a-aplicabilidade-do-direito-internacional-dos-conflitos-armados-dica-no-emprego-das-tropas-do-eb-em-missoes-de-paz>>. Acesso em: 20 jun. 2017.)

A atuação da ONU na prevenção e resolução de conflitos requer uma inter-relação entre tais classificações, onde a manutenção da paz é a mais vasta para caracterizar as ações da ONU no campo da prevenção e negociação dos conflitos. A consolidação da paz é a etapa posterior realizada no momento em que a esfera oferece condições propícias para receber ações de reconstrução institucional, econômica e/ou social. Já o termo imposição da paz pode ser compreendido como um mandato mais intenso, e comumente configura missões que não possuem o consentimento de todas as partes envolvidas no conflito.

## 2.2 OPERAÇÕES CLÁSSICAS X OPERAÇÕES MULTIDISCIPLINARES

As operações de manutenção de paz foram classificadas em dois momentos distintos; as operações clássicas, ou de primeira geração, tinham como integrantes na sua maioria militares, foram prevaletes de 1948 até 1988 e suas atividades resumiam-se em tarefas militares como controle de armamento, monitoramento de fronteiras, cessação de hostilidade, tréguas, dentre outras. Já as Operações Multidisciplinares, ou de segunda geração, envolvem outros agentes na manutenção da paz, contam com elementos civis e militares contendo uma ampla gama de profissionais de diversas áreas de atuação, além das atividades militares suas atividades procuram agir no contexto social e humanitário do conflito.

## 3 A ATUAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ

A presença brasileira em operações de paz advém somente após os países ou divisões envolvidas no conflito permitirem a presença de tropas estrangeiras em seu território. Dessa maneira a primeira participação do Exército Brasileiro em missões para a promoção da paz se deu em 1947 na região dos Balcãs.

Podemos ressaltar dois períodos importantes da participação brasileira em operações de paz; o primeiro remete ao período de guerra fria, entre 1957 a 1967, em

que o Brasil contribuiu efetivamente em seis missões das Nações Unidas com destaque no Oriente médio.

Já na segunda fase da participação brasileira em tais missões percebe-se uma nova orientação da política externa brasileira, com uma presença mais ativa em fóruns multilaterais e as questões de direitos humanos e de direito humanitário. Percebe-se também que a participação do Brasil nessas operações ganha novo perfil, ampliando o apoio humanitário e o diálogo político, bem como a participação na reconstrução do país em conflito. Nesta segunda fase que corresponde ao período pós-guerra fria o país intensificou sua participação colaborando com mais de 20 operações de paz, com enfoque para a MINUSTAH. Com isso o Brasil vem aumentando sua projeção no cenário internacional e trazendo maior prestígio à política externa brasileira. Verifica-se nessa fase a retomada de uma ofensiva diplomática por meio da construção de uma agenda de temas sociais (Amorim, 2004, p.47).

As intenções da política externa brasileira nesta fase evidenciam-se no empenho do Brasil em inserir-se de forma mais destacada no cenário internacional, com a intenção de conquistar espaço para expressar em foros regionais e globais os posicionamentos defendidos pelo governo vigente durante este período no país. Com isso o Brasil tem usado de estratégias como o multilateralismo afim de expandir suas relações internacionais, aproximando-se dos países em desenvolvimento e fortalecendo o vínculo com os países desenvolvidos.

### 3.1 A PARTICIPAÇÃO NA MINUSTAH

A decisão brasileira em cooperar com o Haiti através da MINUSTAH respalda-se de um objetivo geral da política externa brasileira durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tal decisão traz a tona vários questionamentos tanto no meio acadêmico, como no campo diplomático, civil e militar; questionamentos como “por que participar da missão?” “Qual o tempo de permanência das tropas no Haiti?” “Qual será o produto da MINUSTAH para o Brasil?” O governo Lula acentuou uma atuação no eixo horizontal multilateral, concebendo uma posição autônoma do Brasil nos foros multilaterais como grande [estado] que buscava ganhar maior visibilidade no cenário internacional (Pecequillo, 2008, p 145). A cooperação brasileira no Haiti vai além da esfera militar desempenhando também ações de caráter

humanitário. Fato é que a presença brasileira no Haiti produz vários resultados tanto para o Brasil quanto para o Haiti e os demais países envolvidos.

No âmbito da política externa brasileira existem diversas visões a respeito das razões que levaram o Brasil a decidir pela participação na MINUSTAH. Ao ingressar na missão o país tinha como uma de suas principais metas a reforma do conselho de segurança da ONU, afim de ampliar o número de membros permanentes e se tornar parte destes; porém a decisão brasileira não se deve a um único fator. A participação do contingente brasileiro na operação auxiliou na capacitação das Forças Armadas brasileiras e o teste de equipamentos militares brasileiros, favorecendo o reconhecimento internacional quanto ao emprego apropriado do poder militar. Além de fortalecer a relação com outros países oportunizando o estabelecimento de cooperação militar.

A participação em missões de paz projeta o Brasil no cenário internacional e reforça sua postura pacífica, e ao mesmo tempo prepara nossos militares para a defesa da Nação. O profissional militar precisa ser treinado, preparado, adestrado, e a melhor oficina de aprendizagem, sem dúvida, é a situação real de emprego.<sup>10</sup>

A MINUSTAH fortaleceu o interesse em investir na integração regional, intensificando o relacionamento com os países latino-americanos através do maior envolvimento do Brasil em ações de cooperação, em plano civil e militar. A operação proporcionou a cooperação militar entre os países da região oportunizando uma integração nas relações internacionais sul-americanas; que por consequência consolidou as relações entre os países sul-americanos na esfera comercial, econômica, cultural e política. Nesse contexto a missão poderá futuramente servir de modelo para novos projetos de cooperação e em outras operações de paz.

#### **4 DO FIM DA OPERAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

A Missão representa uma repercussão significativa para as relações internacionais brasileiras, intensificando a integração latino-americana e fortalecendo os vínculos entre Brasil e Haiti além de ser de grande ganho para as Forças Armadas que adquiriram experiência e maior visibilidade e respeito no âmbito internacional e nacional. No âmbito internacional essa experiência servirá de conhecimento para

---

<sup>10</sup> ESPER, Gen. Div. Antonio Gabriel – Chefe do CCOMSEX. Editorial. In: EXÉRCITO Brasileiro. Verde-oliva, Brasília, Ano XXXI, no. 181, abr/mai/jun 2004, p. 3.



casos futuros em que a presença brasileira será necessária em novas operações de paz. Já em âmbito nacional os conhecimentos adquiridos com missão podem ser utilizados como base para auxiliar na solução de problemas de violência pública-urbana por exemplo.

Analisando a atual conjuntura do Haiti percebe-se que apesar de haver muito a ser feito, a cooperação internacional tem sido fundamental ao país. Os resultados mais relevantes da missão de paz da ONU no Haiti compreendem na melhoria nos níveis de segurança do país e na promoção de eleições justas e democráticas. O primordial receio referente ao futuro do Haiti, no entanto refere-se ao fim da MINUSTAH, pois apesar do êxito da missão em auxiliar na estabilização da segurança do país, é impossível prever o que ocorrerá no futuro.

A ONU esteve recentemente avaliando a situação atual do país, e constatou que embora existam melhorias a ser feitas em questão de infraestrutura, o país vem se reerguendo progressivamente apesar da devastação causada pelos últimos desastres naturais que assolaram o país. Foi constatado também um maior equilíbrio político e uma estabilidade na segurança nacional, uma vez que o processo eleitoral que levou Jovenel Moise à presidência em novembro de 2016 se deu de forma pacífica sem distúrbios de violência urbana.

Em 13 de abril de 2017 o conselho de segurança das Nações Unidas decidiu pelo fim da missão através de um processo progressivo de remoção do contingente militar até a total desocupação prevista para 15 de outubro deste ano.

A participação brasileira possibilitou aos militares envolvidos uma chance de participar ativamente de situações operacionais reais, saindo do quadro de formação restritas a treinamentos simulados. Politicamente aceitando o comando da missão o Brasil tinha por objetivo salientar a identidade brasileira como potência regional. Contudo a aspiração em lograr um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, principal órgão de decisão geopolítica da ONU, nunca se realizou.

Com o fim da MINUSTAH a ONU anunciou a criação de uma nova missão denominada MINUSJUSTH, Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça do Haiti, que terá como incumbência capacitar a Polícia Nacional Haitiana que vem buscando se reestabelecer em concordância com protocolos de ação dos direitos humanos.

O governo brasileiro já manifestou a intenção de analisar novas possibilidades de participação em missões de paz. Nesse contexto há também a expectativa de

expansão das missões já em curso como no caso da UNIFIL, Força Interina das Nações Unidas do Líbano em que o Brasil comanda parte das tropas marítimas. De fato a continuidade da participação brasileira em operações de paz é certa, uma vez que esta faz parte da política de diplomacia do país e é de extremo valor para sua projeção no cenário internacional.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho tentou-se expor e analisar a postura da presença brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, buscando identificar quais foram os aspectos que levaram o Brasil a aprovar, participar e liderar tal missão.

Considerando os inúmeros fracassos tidos em missões anteriores<sup>11</sup> no Haiti, a participação na MINUSTAH estabelece um novo paradigma para operações de paz. A operação expressou resultados significativos no âmbito da segurança e estabilidade do país, viabilizando iniciativas que contribuíram para a melhora das condições de vida dos haitianos. Os notáveis focos de violência foram amortecidos pela força de paz; as favelas estão patrulhadas e atualmente não há registro de ocorrências graves contra a segurança da população. A prevalência desse sucesso deve-se a liderança e participação da tropa brasileira.

É seguro referir que as experiências colhidas no Haiti favorecem não só o país caribenho, mas constituem exemplos para outras operações de paz. Na esfera militar, a liderança brasileira tem sido primordial para a promoção da integração das Forças Armadas brasileiras com os demais países atuantes na Missão, concebendo uma nova forma de conduzir uma operação de paz. Conforme relata o general-de-exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro comandante da MINUSTAH: “[...] atingimos um nível excelente de integração e comunhão de esforços e objetivos. [...]. Essa integração, que viabiliza o fortalecimento do diálogo [...] seguramente poderá servir de modelo a outras operações de paz”.

A política externa brasileira condiciona sua atuação de acordo com a articulação entre os interesses domésticos e as perspectivas do âmbito internacional. No cenário internacional está fundamentada em princípios que configuram a tradição do país e consolidam sua imagem segundo os interesses nacionais. O

---

<sup>11</sup> Outras missões da ONU no Haiti foram: UNMIH (1993 a 1996); UNSMIH (1996 a 1997); UNTMIH (1997); IPONUH (1997-2000)

comprometimento brasileiro em assuntos de segurança e defesa internacional é considerado pacífico, devido seu incentivo aos meios diplomáticos como resolução para conflitos armados, elemento que fortalece seu posicionamento de suporte às iniciativas multilaterais e o respeito ao Direito Internacional. Celso Lafer afirma que a política externa tem por objetivo “traduzir as necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino” (2009, p.16).

A participação brasileira na MINUSTAH é de fato pautada nos propósitos buscados por sua política externa. O crescimento das relações sociais e econômicas entre Brasil e Haiti pode ser um estímulo para a influência brasileira no Caribe e na América Central. Despertando o interesse de outros países a colaborar com o Brasil em futuras missões e disputas internacionais bem como a edificação de novas relações comerciais, atraindo a simpatia de novos parceiros comerciais.

Nesse contexto o presente trabalho não pretende zerar as discussões a respeito do tema, mas sim servir como base e estímulo para novos estudos acerca dos assuntos relacionados a operações de paz bem como a participação brasileira nas mesmas. Servindo também como ponto de partida para estudos, tanto no âmbito humanitário quanto político-social, referentes aos aspectos relacionados à nova missão que será instalada no Haiti, a MINUSJUSTH.

## **REFERÊNCIAS**

PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira (1889-2002). Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 7.

PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática. p. 91.

ESPER, Gen. Div. Antonio Gabriel – Chefe do CCOMSEX. Editorial. In: EXÉRCITO Brasileiro. Verde-oliva, Brasília, Ano XXXI, no. 181, abr/mai/jun 2004, p. 3.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005;

BARROS, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. Revista Brasileira de Política Internacional . Vol. 41, nº 2. Brasília: 1998.

LAFER, Celso. A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.

Agência Brasileira de Cooperação – ABC. Disponível em:<[www.abc.gov.br](http://www.abc.gov.br)>. Acesso em: 23 jun 2017.

MINUSTAH – Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti. Disponível em:<[www.minustah.org](http://www.minustah.org)>. Acesso em: 15 jun 2017.

PNUD Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em:<[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 20 jun 2017.

EXÉRCITO Brasileiro. Disponível em:< [www.eb.mil.br/web/haiti](http://www.eb.mil.br/web/haiti) >. Acesso em: 20 jun. 2017.

RUPPENTHAL, Tailon. Um soldado brasileiro no Haiti. São Paulo: Globo, 2007.

MIRANDA, André Luis Novaes. Comandante do CIOPaz, RJ. O Batalhão Haiti -3o Contingente – na Imposição da Paz , Rio de Janeiro, 2006.